

**ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA PENSAR AS CIDADES
PEQUENAS: ALGUNS APONTAMENTOS**

Shanti Nitya Marengo¹
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Doutorando em Geografia
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB)
Membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Planejamento (Citeplan-UFBA)
EMAIL: SMARENCO@GMAIL.COM

Rainer Beijes Ferreira²
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Graduando em Geografia
Membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Planejamento (Citeplan-UFBA)
EMAIL: RAINER_BEIJES@HOTMAIL.COM

1 Orientando de doutorado do Professor Doutor Wendel Henrique Baumgartner (Geografia-UFBA).

2 Orientando de iniciação científica do Professor Doutor Wendel Henrique Baumgartner (Geografia-UFBA).

ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA PENSAR AS CIDADES PEQUENAS: ALGUNS APONTAMENTOS

RESUMO:

Neste artigo intencionamos discutir teoricamente as cidades pequenas, abordando as dificuldades de se trabalhar com a realidade complexa destas, aplicando-lhes o tratamento teórico adequado. Citamos diversos autores (Santos, Fresca, Soares, Maia, Baumgartner, Gomes, etc.) que tratam das cidades pequenas e como eles convergem ou divergem nesta reflexão teórica acerca do tema. Destes autores, observamos o esforço de superação dos critérios quantitativos e funcionais – por muitos considerados insuficientes, mas não inválidos – para fins de classificação das cidades pequenas, com o intuito de contemplar a diversidade que as mesmas apresentam na realidade. Descrevemos, objetivando ilustrar este esforço, outros modos explicativos da cidade pequena. Mostramos, por exemplo, como alguns autores, tentam cumprir este objetivo, realizando um breve resumo da gênese da atual conjuntura na qual se encontram as referidas cidades. Também descrevemos, com o mesmo objetivo de entender a complexidade das cidades pequenas, como autores “caminham” em direção a abordagens teórico-metodológicas que os aproximam do lugar cidade pequena, e os fazem penetrar nos cotidianos das cidades onde se realizam seus respectivos trabalhos empíricos, através de metodologias como observação direta, fotografia, entrevistas, etc.. Por fim afirmamos a importância das iniciativas que visam se aproximar da realidade das cidades pequenas, utilizando os instrumentos teórico-metodológicos necessários e apropriados, com o fim de considerar outras dimensões, além da econômica, que também lhes são constitutivas.

O DESAFIO POSTO E AQUELES QUE O ENFRENTARAM

O que significa afirmar que uma cidade é pequena? Inicialmente, se consideramos as classificações do IBGE, assim como os seus critérios, estamos falando sobre o seu porte, nos limites de uma classificação orientada por quantidades. Entretanto, atrás destas quantidades se “escondem” uma gama de cidades – muito diversas entre si – que merecem uma “olhada” mais de perto. É importante que conheçamos as potencialidades da noção, suas possibilidades. Como local, em uma perspectiva teórica formal, a cidade pequena pode ser apenas um ponto, somatório de coisas e funções que ocupam uma posição no âmbito da rede de cidades, ao mesmo tempo que o caracterizam. Já se mudarmos nossa perspectiva teórica para uma abordagem de caráter processual, ancorada no cotidiano, ver-se-ão outros elementos que caracterizam esse lugar (não mais local), mais instáveis, mais sujeitos a processos, os quais dão espessura a cidade pequena, ou não. Pensamos que ambas as perspectivas são necessárias para uma avaliação mais adequada do que podemos chamar de cidade pequena. Ao longo deste artigo intencionamos construir um esboço de

como ambas as formas de análise podem contribuir para o entendimento da noção.

Não é óbvia a definição de cidade pequena, sequer poderíamos dizer que existe uma definição. Neste artigo, inclusive, diremos a cidade pequena também como noção. Entretanto, há alguns pontos desta discussão onde podemos surpreender alguma convergência, mas nunca uma concordância absoluta. Verificamos, por exemplo, em diversos autores um exercício de superação dos dados quantitativos como os principais validadores das classificações construídas.

Santos, no livro *Espaço Dividido* ([1978] 2008a), colocou que a ambiguidade dos qualificativos utilizados para se referir à cidade, no mundo subdesenvolvido (no século XX), vinham dos critérios que os norteavam. O autor apontou o que, na época, ele chamaria de um “problema de taxonomia” (SANTOS, 2008a, p. 283). Segundo Santos, este problema ocorria em virtude da utilização de critérios de classificação orientados por quantidades, ou por funções, ambas, portanto, redutoras da condição da cidade. Feita a crítica, o autor propunha uma nova classificação, considerando a função da cidade e sua capacidade de organização do espaço imediato: “ter-se-iam as cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas” (idem, pp. 283-284).

O mesmo autor retoma a crítica supracitada, da utilização de critérios quantitativos para fins classificatórios de cidades, no texto *As Cidades Locais no Terceiro Mundo*¹, publicado pela primeira vez em 1979 no livro *Espaço e Sociedade*, ou seja, pouco depois do livro *Espaço Dividido*. Santos evita usar a denominação cidade pequena por esta se remeter “a noção de volume da população” (SANTOS, 2008b, p. 86) que, como dissemos, o mesmo evita por seu caráter quantitativo. O autor vai preferir o termo *cidades locais* (SANTOS, 2008b, [1993] 2008c) as quais “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de *cidades de subsistência*” (SANTOS, 2008b, p. 87, grifo do autor). Para o autor a cidade local é indissociável das atividades agrícolas, só existe para prover as necessidades das atividades primárias que se desenvolvem no seu entorno e desapareceria sem elas. “A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades inadiáveis da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira ‘especialização da população’” (idem, grifo do autor). A essa afirmação o autor abre apenas exceção às atividades de mineração, uma vez que estas funcionam como “centro de atração de atividades não-primárias” (SANTOS, 2008b, p. 87, grifo do autor).

A cidade local, segundo Santos, tem uma relativa autonomia econômica, entretanto, ela “sempre se acha na periferia do sistema urbano” (SANTOS, 2008b, p. 92). Ainda assim o autor valoriza o papel articulador da cidade local, pois de acordo com ele: “as cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, às quais permitem um consumo mais próximo daquele resto da população do país, provocando, como *feedback*, a

expansão da economia urbana” (idem).

Fresca (2010), mais ou menos vinte anos depois, faz um interessante desenvolvimento a partir desta noção – de cidade local – pensada por Milton Santos, com o intuito bastante inquietador de assinalar a complexidade da realidade das cidades pequenas. A autora diferencia as cidades locais, discutidas por Santos, das cidades pequenas. Para Fresca, a cidade local, tal como discutida por Santos, comportaria uma “dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade (...) [entretanto] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo” (FRESCA, 2010, p. 77). As cidades pequenas consistiriam, portanto, em todo esse universo de cidades que excedem o nível mínimo necessário a sua subsistência. Interessantemente a autora realiza essa reflexão, sobre a cidade pequena, discutindo as transformações da cidade local pensadas por Santos no livro *Urbanização Brasileira*, publicado em 1993, quatorze anos depois do texto *As Cidades Locais no Terceiro Mundo*. Segundo Fresca, a cidade local discutida naquele livro de 1993 não é a mesma do texto anterior, obviamente. Esta se encontra mais claramente vinculada ao agronegócio do que aquela, ligada por sua vez ao consumo produtivo rural que a adaptou às suas necessidades. “As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas” (SANTOS, [1993] 2008b, p. 56). Nesta cidade local, a política provinciana é subordinada às técnicas modernas e ao mercado global. A “(...) cidade local deixa de ser a cidade do campo e transforma-se na cidade do campo” (idem, p. 57), suporte para a ação do agronegócio, cuja razão está sediada geralmente em uma *região do mandar*. Para Fresca, esta nova cidade local tratava-se, na realidade, de uma forma da cidade pequena, visto que apresentava “dimensões físico-territoriais, populacionais e controle de parcela da mais valia”, em geral, superiores àquela cidade local inicialmente discutida por Santos.

Fresca admite a cidade pequena complexa, inserida em variadas redes que se interseccionam nela. Por/para afirmar essa complexidade, essa autora, em um artigo de 2001, critica o uso de dados quantitativos por si só como critério classificatório principal. Fresca os coloca como insuficientes, ao mesmo tempo que defende – para o entendimento das cidades pequenas – a ideia de inseri-las em uma rede urbana ou região.

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes, e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade como sendo pequena, esteja muito vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (...). É preciso pois, o entendimento do contexto sócio econômico de sua inserção, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas (FRESCA, 2001, p.

Beatriz Ribeiro Soares (2009) aponta os problemas da adoção do critério quantitativo em um texto apresentado no Simpósio de Geografia Urbana (Simpurb) de Manaus. Assim como Fresca, a autora nos pede para prestarmos atenção, antes, no contexto regional que permeia e significa a cidade em questão. Cidades de pequeno porte populacional podem ter pouca importância em regiões bastante urbanizadas, mas em espaços pouco povoados, no Norte e no Centro-Oeste do território brasileiro, quaisquer aglomerações possuem grande importância para a articulação regional. Para Soares a cidade pequena ainda é um lugar de intersecção de fluxos e de articulação com outros lugares.

Endlich (2006) na qual discute o papel desempenhado pelas pequenas cidades na rede urbana paranaense, valoriza a contextualização regional do objeto, e aponta como cidades pequenas – que comportam entre cinquenta e cem mil habitantes (IBGE) – por possuírem “atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados” (ENDLICH, 2006, p. 53) cumprem funções de *pólos microrregionais*, geralmente atribuídas às chamadas cidades médias.

Rita de Cássia da Conceição Gomes (2009) também em um texto apresentado no Simpurb (de Manaus) chega até a assumir a importância do dado quantitativo populacional, mas ainda assim o reconhece como uma simplificação por representar apenas uma variável da realidade multidimensional. A autora afirma a realidade complexa das cidades pequenas e descreve um cenário ainda mais intrincado para a adoção de critérios classificatórios. Para Gomes, as cidades pequenas não servem apenas para cumprir a função básica de “suprir as necessidades da zona rural que está em seu entorno” (GOMES, 2009, p. 130), como coloca Santos quando na sua reflexão sobre cidades locais, que a autora admite ser sinônima de cidades pequenas. Gomes dá exemplos da diversidade funcional destas cidades na contemporaneidade. Segundo a mesma, no Rio Grande do Norte, que é onde se realiza seu estudo empírico, existem

(...) cidades [pequenas] que tem atividades ligadas ao setor de fruticultura irrigada, indústrias de confecções, mineração, produção de cerâmica e outras atividades, é possível perceber um processo de articulação que contempla outras determinações, inclusive de caráter internacional, ganhando, assim, grande significado no cenário urbano estadual (GOMES, 2009, p. 130).

Não percamos de vista que os argumentos de Gomes, criticando a perspectiva reducionista do conceito de cidades locais posto por Milton Santos, foram construídos mais de trinta anos depois daquelas reflexões. Gomes pensa sobre outro Brasil, outras cidades pequenas, circunstanciadas

nessa era das redes, onde as mesmas se articulam com os grandes espaços urbanos, sem precisarem cumprir uma rígida hierarquia urbana.

Gomes não pára em uma descrição das cidades pequenas segundo as funções que as mesmas desempenham. A autora, nos limites de uma teoria de inspiração marxista, amplia teoricamente sua análise das cidades pequenas. De acordo com Gomes, estas cidades, para serem compreendidas, precisam ser analisadas

(...) a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional em que se encontra[m], isto é, o que realmente vai definir a pequena cidade é a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade (GOMES, 2009, p. 130).

Entretanto, a mesma autora faz uma ressalva: a (re)produção do espaço envolve mais do que relações de conteúdo econômico. Se quisermos entender a cidade pequena, precisaremos decifrar as racionalidades que lhes são internas, aquelas “baseadas em experiências vivenciadas” (idem, p. 131).

Baumgartner, em 2012, publica um artigo no qual pensa alguns critérios e métodos para entender as cidades pequenas. De início o autor já aponta, rapidamente, a dificuldade de se classificar o objeto. Para Baumgartner existe no atual momento, do ponto de vista funcional, uma grande diversidade de “tipos” de cidades pequenas, uma vez que a tendência destas à especialização funcional é maior. “Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo (...), as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das outras” (BAUMGARTNER, 2012, p. 65). “As cidades pequenas tendem a ser marcadas por algum elemento específico que, ao mesmo tempo em que a identifica cria uma forte dependência” (idem, pp. 65-66).

Para Baumgartner as cidades pequenas estão sendo integradas ao espaço urbano contemporâneo, em um processo no qual um conteúdo rural preexistente, anteriormente dominante, é transformado por um conteúdo urbano disseminado por agentes e processos diversos, os quais podemos considerar, num primeiro momento, como exógenos. Baumgartner cita a industrialização da agricultura e a universidade como alguns desses agentes e processos possíveis capazes de promover a urbanidade em uma cidade pequena. O autor é mais específico quando se refere às universidades:

O processo de instalação de objetos (universidade) com novos conteúdos e funções (educacional, serviços etc.) e, principalmente, com um novo perfil de morador (professores universitários, estudantes, servidores técnico-administrativos), carrega, sem dúvida, a

urbanidade para essa cidade pequena, acarretando transformações observáveis no seu cotidiano, nas formas de relacionamento interpessoais entre os que nasceram nesses lugares e os que vieram de fora em função dos novos empregos, e que, na maioria das vezes, não estabelecem vínculos afetivos com essas cidades (BAUMGARTNER, 2012, p. 73).

Entretanto o que chama atenção na discussão de Baumgartner sobre as cidades pequenas é o exercício de superação que o mesmo realiza para construir uma perspectiva de entendimento do conceito que vá além dos dados quantitativos e da descrição das funções que as cidades porventura desempenhem. O autor busca pensar a cidade pequena a partir de outras dimensões, que atravessam o cotidiano. Abordaremos essa perspectiva mais adiante.

Fresca aponta a relevância da cidades pequenas no momento atual, adquirida em virtude das novas condições postas pela reestruturação produtiva, aonde emergiram “outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto das redes urbanas” (FRESCA, 2010, p. 77). Soares (2012) vai na mesma direção e aponta a mudança no paradigma tecnológico-produtivo como um forte contribuinte dos conteúdos que as cidades pequenas apresentam hoje. Para Soares a substituição do fordismo pelo sistema de acumulação flexível – possível graças aos avanços nas tecnologias de comunicações e informática – vai contribuir para criar outros nexos entre as cidades. O sistema de acumulação flexível vai permitir a dispersão da cadeia produtiva por todo um território nacional e por vários territórios nacionais. A flexibilidade que o caracteriza impregna bem mais do que a organização do sistema produtivo industrial, torna-se de fato um conceito-chave para o entendimento do sistema produtivo como um todo. A flexibilidade está nas relações trabalhistas, na capacidade de transferência das plantas industriais de um lugar para outro, nas formas de transferência do capital virtual, digitalizado, nas normas que regulam as ações das grandes corporações nos diversos territórios nacionais.

Em uma reflexão que pode enriquecer essa perspectiva, Milton Santos aponta a constituição do meio técnico-científico informacional, sucedendo o meio técnico-científico. Para esse autor, no meio técnico científico informacional a ação corporativa torna-se crescentemente mais intencional e seletiva, ao mesmo tempo que mais abrangente, uma vez que em virtude das novas tecnologias os agentes hegemônicos podem conceber todo o território e todos os territórios.

Ora, com alguma ousadia, podemos associar, e não superpôr, o sistema produtivo fordista ao meio técnico-científico, e o sistema de acumulação flexível ao meio técnico-científico informacional. Afinal Soares aponta a informação como fator eixo da estruturação do sistema de acumulação flexível, assim como Santos afirma o conteúdo informacional no meio contemporâneo. Assim quando falamos de uma cidade pequena na contemporaneidade, também estamos localizando-a no período técnico-científico informacional.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas (...) (DAMIANI, 2006, p. 136).

[...]

(...) o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar; negando os tradicionais estilos de vida. A televisão, o cinema, e o próprio rádio são veículos dessa generalização do modo de vida moderno. A essa perspectiva, acrescenta-se, ainda, os sistemas de informação e comunicação por computador (DAMIANI, 2006, p. 137).

E quando falamos de cidades pequenas no Brasil, estamos pensando sobre cidades pequenas no mundo subdesenvolvido, aonde se reproduz um modo de periferia, no qual o processo modernizador pode se apresentar mais residualmente. Nestas cidades “(...) formas pré-capitalistas de produção ou não-capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista” (idem). No meio técnico-científico informacional o processo de modernização é extremamente volátil, e centralizado por poucos núcleos e uma miríade de periferias (DAMIANI, 2006).

Em virtude da globalização que se cumpria (e se cumpre), Corrêa (1999) defende que, no final do século XX, se realizava uma refuncionalização das cidades pequenas, a qual pode se desenvolver de dois modos possíveis. O primeiro através de uma perda de centralidade da dita cidade por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação e no processo produtivo da sua hinterlândia. E o segundo

(...) diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma *singularidade funcional*, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia (CORRÊA, 1999, p. 50).

Alguns anos depois, Côrrea (2011)ⁱⁱ construiu e propôs cinco tipos ideais “que contemplassem unidades e diversidades das cidades pequenas”, e descrevessem o que na atualidade as constitui. São eles: a) os *lugares centrais*, localizados “sobretudo nas áreas incorporadas à industrialização do campo” (CÔRREA, 2011, p. 11); b) os *centros especializados*, refuncionalizados “que desenvolvem atividades específicas, as quais lhes conferem uma identidade

singular”; c) os *reservatórios de força de trabalho*, os quais “ocorrem tanto em áreas de povoamento recente (...), como em áreas integradas ao complexo agroindustrial”; d) “os *centros que vivem de recursos externos* [os quais] constituem, via de regra, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas decadentes ou estagnadas” (CÔRREA, idem) e; e) os *subúrbios dormitório*, cidades pequenas localizadas a uma distância próxima de uma cidade maior. A pouca distância estimula e viabiliza migrações pendulares entre as cidades pequenas e aquela que as polariza.

Chama atenção como diversos autores relacionam a cidade pequena, principalmente, ao campo, ao rural, à atividade agropecuária de subsistência ou ligada ao agronegócio. Segundo Fresca (2010) são as cidades locais e as cidades pequenas que possuem as relações mais diretas com a produção agropecuária. Neste cenário a autora chega a descrever as formas que estas relações entre cidade pequena e agronegócio, especificamente, podem assumir: a depender do tipo de produção agrícola que se desenvolva, a interdependência entre a cidade pequena e a produção propriamente dita pode ser maior ou menor, empregando mais ou menos, estimulando mais ou menos a economia da referida cidade.

NO LUGAR, PARA PENSAR AS CIDADES PEQUENAS:

Santos (natureza do espaço) considera a cidade, qualquer cidade, independentemente do tamanho, lugar. Carlos (2007, p. 17) admite que a cidade pode ser um lugar, mas não qualquer cidade. A autora é mais específica:

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, pp. 17-18).

Para Carlos, a apreensão do lugar está ligada a sua percepção, portanto esta se dá na escala do corpo. Ou seja, para onde formos, entre os dois autores, a cidade pequena é um lugar consumado. Resta pensarmos qual tipo de lugar.

Corrêa, balizado pela teoria das localidades centrais, discutindo a cidade pequena no âmbito da rede urbana, sem penetrar no cotidiano dela, nos descreve a baixa mobilidade – de uma perspectiva interurbana – de sua população residente. Segundo Corrêa, a baixa mobilidade espacial desta população está “associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviário, sendo

inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel” (CORRÊA, 1999, p. 45). Foi objetivo do autor justificar neste texto a alta densidade de pequenas cidades em determinadas áreas do território nacional. Trata-se de explicar o diálogo que se realizava, no final do século XX, entre a configuração da rede urbana brasileira e as dinâmicas do mercado de então. Não é demasiado precipitado inferir que as cidades pequenas, no Brasil, àquela época deveriam se aproximar muito da ideia de um lugar bucólico e tradicional, até certo ponto autocontido, bastante “orgulhosa” de suas particularidades em relação às outras cidades próximas, ou nem tanto.

Fresca, pouco mais de dez anos depois, observa a constituição de outras dinâmicas de mercado, onde “bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana” (FRESCA, 2010, p. 78), graças, inclusive, à internet. No meio técnico científico informacional, a cidade pequena tornou-se acessível a um sem número de influências vindas “de fora”, eventos, em relação aos quais, parece-nos difícil manter os lugares “intocados”, autocontidos e, até certo ponto, autossuficientes. O desenvolvimento da circulação, de um modo geral, conectou as cidades pequenas ao mundo, a outros lugares, de diversos modos, nem todos convenientes aos interesses de suas respectivas sociedades. Nela, como em qualquer outro *lugar*, se interseccionam uma infinidade de eventos, os quais podem, ou não, se refletir no cotidiano, e é nele, que algumas metodologias de pesquisa tem se “refugiado” a fim de encontrar processos e elementos explicativos das cidades pequenas como um todo, e em particular. “Reconhece-se que, a despeito de integrada a uma totalidade, cada sociedade pode definir particularidades, na medida em que produz seu espaço, sua história, incutindo nesse espaço seus desejos, projetos e modo de vida” (SOARES, 2012, p. 39).

Como já observamos, análises quantitativas e/ou qualitativas de caráter funcional, reduzem o significado da cidade pequena. Diversos autores tem se arvorado de metodologias que lhes possibilitem apreender outras dimensões desta cidade que sejam úteis a caracterização dela como cidade pequena. Para tanto, Maia (2009) afirma ser imprescindível o trabalho de campo nas cidades em questão. A autora discute, mais precisamente, a importância da observação direta, pois é através da “maior aproximação com essas localidades, que se pode apreender essas realidades” (MAIA, 2009, p. 155). Foram as observações em campoⁱⁱⁱ que a permitiram sustentar ser a realidade das cidades pequenas fundada “na imbricação do campo na cidade ou ainda de uma vida rural na vida urbana” (idem). Uma imbricação que para ser desvendada precisa ser surpreendida no cotidiano da cidade em questão, ou seja, necessita ser apreendida no “conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155).

Baumgartner (2012) também reconhece essa imbricação, nas cidades pequenas, entre o rural e o urbano. Para esse autor as atuais conexões que ligam a cidade pequena ao mundo ou, usando os

seus próprios termos, que a integram ao espaço urbano contemporâneo “coloca em choque um conteúdo rural (...) que preenchia grandemente essas cidades, e um conteúdo urbano que chega” (BAUMGARTNER, 2012, p. 66). É a fim de explicar essa imbricação a qual, para o autor, constitui uma gradação entre o rural e o urbano, que o mesmo se utiliza de uma dupla de conceitos: o arquétipo rural e o arquétipo urbano. A realidade da cidade pequena, no caso, não pode ser traduzida por um dos arquétipos, uma vez que ambos se referem a tipos ideais. Precisamente as cidades pequenas se desenvolvem sempre em algum ponto entre ambos os extremos arquetípicos. Sobre estes, vale chamar atenção às características e elementos que os distinguem. O arquétipo rural está ligado ao local, ao sentido de pertencimento, à comunicação *vis-à-vis*, às temporalidades da natureza; enquanto que o arquétipo urbano se liga ao global, à temporalidade homogeneizante do capital, às redes, à informação e ao seu fluxo.

As cidades pequenas onde predominam o arquétipo urbano são palcos da ação estratégica, nós da rede global que as inserem nos processos necessários à reprodução do capital, são, enfim, espaços apropriados – ou apropriáveis – pelo meio técnico-científico-informacional. Já as cidades pequenas onde predominam o arquétipo rural se aproximam do *lugar* conceitual típico, aquele de feição intimista, considerado por muitos teóricos como a última “trincheira” da tradição e da comunidade orgânica. Baumgartner, a fim de reconhecer as manifestações fenomênicas das intensidades de ambos os arquétipos, que vão singularizar as cidades pequenas relacionadas a seu empírico, também se debruça através da observação direta – assim com Maia – sobre o cotidiano que se realiza nelas. O autor fotografa e descreve cenas cotidianas pertinentes a seu esforço explicativo acerca das cidades pequenas.

Gomes (2009, 2012) também observa a importância de se pensar o lugar no estudo das cidades pequenas. A “análise e a compreensão da pequena cidade requer que sejam considerados os laços de sociabilidade que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar. Por isso, faz-se mister, (...) uma investigação no âmbito da cotidianidade social e dos processos de sua construção” (GOMES, 2009, p. 131). A autora faz várias colocações no sentido de afirmar a relevância desta perspectiva de análise, no caso específico das cidades pequenas. Segundo Gomes, a lógica do cotidiano destas cidades se expressa de forma diversa daquela que explica a (re)produção do capital, de um modo geral. Trata-se de uma lógica que estimula as relações sociais de conteúdo afetivo e, por conseguinte, a dimensão comunicacional associada a elas. São tais relações que vão engendrar as feições socioespaciais responsáveis pelo forma e pelo conteúdo de cada momento histórico vivenciado (GOMES, 2009).

Em um artigo mais recente sobre o tema, ilustrado por um estudo de caso, Gomes (2012) como os outros autores supracitados, demonstra que se debruçou sobre o cotidiano das cidades pequenas que constituíam seu universo amostral através de um trabalho de campo. A autora coloca,

no texto, que aplicou entrevistas e, confirma um exercício de observação direta do cotidiano das cidades referidas conforme está demonstrado na citação abaixo:

A pesquisa empírica também nos proporcionou a constatação da permanência de formas tradicionais de venda, a exemplo da utilização de fichas individuais de clientes e promissórias, bem como da caderneta de fiado. A utilização de cheque e de cartão de crédito embora existente, ainda é inexpressiva no contexto comercial dessas cidades, sugerindo que as lógicas locais, baseadas na manutenção de relações de amizade e de confiança entre o consumidor, também chamado de freguês devido à frequência e preferência ao estabelecimento, e o comerciante, são determinantes nas relações de compra e venda. Isto porque, muitos comerciantes enxergam com certa desconfiança essas formas modernas de venda (GOMES, 2012, p. 132).

Soares também reconhece a importância de se imergir no lugar cidade pequena. A autora parafraseia Carlos (2007) para justificar esse percurso teórico-metodológico. Para Soares um caminho para se reconhecer a singularidade de cada cidade, ou sua identidade, como prefere denominar. A autora coloca a importância da observação direta, não claramente, mas quando afirma que a referida identidade está “refletida na fisionomia urbana, nos costumes e nas tradições, cujos elementos são revelados no cotidiano. Dessa forma, o cotidiano deve ser compreendido no contexto social em que o espaço é produzido, envolvendo a totalidade que determina essa produção. As particularidades construídas historicamente (...) definem a identidade de cada lugar” (SOARES, 2012, p. 39).

Soares, a fim de demonstrar sua abordagem teórico-metodológica, descreve a dinâmica de uma festa de uma cidade pequena do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo que assinala a importância destas festas, muito próprias de cada cidade, para a economia de cada uma, e às vezes para a economia da região da qual faz parte.

PELA DIVERSIDADE DOS “CAMINHOS” TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A conjuntura atual sobrelevou, no Brasil, as cidades pequenas. Deu a elas uma diversidade inusitada de papéis que dialogam com variadas demandas verticais e horizontais. As verticais, vindas dos agentes hegemônicos através das redes, que possibilitaram a estas uma ação muito mais “carregada” de intencionalidade, por conta da variável informacional agregada; e não apenas isso, visto que graças a uma infraestrutura constantemente aperfeiçoada para o fluxo material e imaterial, essa ação, crescentemente adaptada aos seus objetivos, tem mais opções de locais/lugares onde

pode atuar. E aqui falamos das demandas horizontais – provenientes do imediato entorno da cidade pequena, ou de seu próprio espaço intraurbano – manifestas por sujeitos que precisam da cidade como espaço vivido, e não como suporte de suas ações, sujeitos que comportam uma particularidade: são todos indivíduos que partilham de uma sociabilidade comum, se conhecem, possuem vínculos entre si, afinal todos moram, ou trabalham, em uma cidade pequena.

De fato, conhecer um espaço tão constantemente tensionado pelas demandas apresentadas precisa envolver abordagens teórico-metodológicas que não se resumam a somente uma dimensão deste objeto, cidade pequena. Um cenário tão complexo, dinâmico e intricado deve ter muita coisa para mostrar e ser pensada, e dita. Quantidades, somente, não o explicam, assim como não o explicam sua paisagem pensada isoladamente. A cidade pequena, obviamente, é histórica e faz parte de uma totalidade, comporta um cotidiano especial, e é um lugar. Precisamos entendê-la na sua particularidade e na sua unicidade. Citamos uma conclusão de Doralice Sátyro Maia, cuja experiência empírica acerca da cidade pequena a levou para estas palavras:

Cabe dizer que a cidade e o urbano na Paraíba são produtos e representantes de um processo global de produção, onde as pequenas cidades constituem-se em semicolônias das metrópoles e das megalópoles, mas que também apresentam particularidades e singularidades bastante diversas desse movimento dominante e homogeneizador que precisam ser apreendidas se quisermos entender essas realidades. (...), faz-se necessário a apreensão sensível das cidades de tempos lentos (MAIA, 2009, p. 156).

ⁱ Este texto foi publicado novamente em 2005, no livro *Da Totalidade ao Lugar*, juntamente com outros artigos de Milton Santos.

ⁱⁱ Tânia Fresca, no texto de sua autoria, que consta nas referências bibliográficas deste artigo, também cita quase os mesmos tipos ideais, igualmente construídos por Roberto Lobato Côrrea em outro artigo da autoria do mesmo: Côrrea, R. L. Rede Urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Território**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, jan./jun. 2004.

ⁱⁱⁱ Esse campo foi realizado em cidades pequenas da Paraíba.

REFERÊNCIAS:

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Do Rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. **Cidades Médias e Pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012, pp. 63-80.

CARLOS, Ana F. A.. **O Lugar do/no Mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf >.

CORRÊA, Roberto L.. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999.

DAMIANI, Amélia L.. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006, pp. 135-147.

ENDLICH, Ângela M.. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

FRESCA, Tânia M.. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino Geografia. **Geografia**. Londrina, v. 10, nº 1, pp. 27-34, jan./jun., 2001.

_____. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), vol. 9, núm. 20, setembro-dezembro, pp. 75-81, 2010.

GOMES, Rita de C. Da C.. Buscando Compreender as Pequenas Cidades. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 125-137.

_____. Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma leitura a partir da realidade brasileira. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, nº 2, dezembro, pp. 117-138, 2012.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las?. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 138-158.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: razão e emoção. 4 ed.. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2008a.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,

[1993] 2008c.

SOARES, Beatriz R.. Pequenas Cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 117-124.

_____. Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Urbanos Nordestinos. In: DIAS, Patrícia C., SANTOS, Jânio (Orgs.). **Cidades Médias e Pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012, pp. 19-46.